

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

em 31 de março de 2022 e Relatório do
Auditor Independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

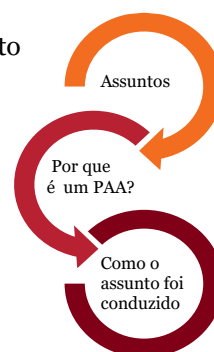
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - Nota 22.4

A Companhia e suas controladas reconheceram créditos tributários, no exercício anterior, no montante de R\$ 1,4 milhão, referentes a processos judiciais com trânsito em julgado relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, apurados com base no ICMS pago nos meses de competência, critério considerado incontroverso pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2021.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos embargos de declaração, definindo que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS e da Cofins. No julgamento, os efeitos da decisão foram modulados e a Corte reafirmou que o ICMS a ser excluído é o destacado em nota fiscal e não aquele pago. Nesse contexto, a Companhia e suas controladas apuraram e contabilizaram os referidos créditos tributários adicionais com base no destacado em nota fiscal, no montante de R\$ 49.539 mil, durante o exercício findo em 31 de março de 2022.

A avaliação da diretoria com relação ao montante dos créditos que foram contabilizados foi complexa e envolveu julgamentos relevantes, principalmente relacionados aos seguintes fatores: (i) montante dos créditos, metodologia de apuração e suas bases de cálculo não estão explícitos nas sentenças judiciais favoráveis à Companhia e suas controladas; (ii) embargos de declaração ao processo de repercussão geral não haviam sido julgados pelo STF até 13 de maio de 2021; (iii) tributação por alíquota em reais por metro cúbico (*ad rem*) para PIS e Cofins sobre a comercialização do etanol; (iv) períodos contemplados nos processos judiciais da Companhia e de suas controladas abrangem competências em que estas eram cooperadas da Copersucar; e (v) a correção pela SELIC sobre os créditos tributários apurados.

Consideramos esse como principal assunto de auditoria devido à complexidade e julgamentos, acima mencionados, envolvidos na determinação dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia e suas controladas.

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela diretoria para apuração dos créditos tributários;
- Com apoio de nossos especialistas tributários, realizamos a leitura e análises das sentenças judiciais da Companhia e de suas controladas, bem como discussões com a diretoria e seus assessores tributários sobre os critérios e julgamentos adotados na mensuração dos créditos tributários, bem como das contabilizações efetuadas, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos e sobre o memorando preparado pela Companhia sobre esse tema;
- Análise sobre a decisão do STF proferida em 13 de maio de 2021;
- Análise dos entendimentos da diretoria de que os possíveis créditos de PIS e da Cofins advindos desse tema sobre a comercialização do etanol por alíquota *ad rem* ainda são contingentes e, portanto, não contabilizados.
- Conferimos, em base de testes, os cálculos efetuados, a integridade e acuracidade dos valores recolhidos pela Companhia e suas controladas, que foram base para apuração dos referidos créditos tributários, bem como a atualização monetária até 31 de março de 2022.
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e critérios utilizados pela diretoria são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

São Martinho S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável



São Martinho S.A.

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



São Martinho S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 20 de junho de 2022

A handwritten signature in cursive script that reads 'PricewaterhouseCoopers' is written over a large, light-colored circular mark.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
1. Contexto operacional	8
2. Resumo das principais políticas contábeis.....	9
3. Principais usos de estimativas e julgamentos.....	15
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	17
5. Contas a receber de clientes.....	17
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores.....	18
7. Ativos biológicos.....	19
8. Tributos a recuperar.....	21
9. Partes relacionadas.....	22
10. Investimentos	24
11. Imobilizado	25
12. Intangível.....	28
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar.....	30
14. Empréstimos e financiamentos.....	34
15. Fornecedores.....	36
16. Obrigações e Direitos com a Copersucar.....	36
17. Aquisição e alienação de participação societária - valores a pagar e receber.....	38
18. Patrimônio líquido.....	39
19. Programa de participação nos lucros e resultados.....	43
20. Imposto de renda e contribuição social.....	43
20 Compromissos.....	46
21 Provisão para contingências	47
22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos	52
23 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros.....	60
24 Valor Justo	62
25 Informação por segmento (consolidado)	64
26 Receitas.....	65
27 Custos e despesas por natureza.....	67
28 Outras receitas, líquidas	68
29 Resultado financeiro.....	68
30 Lucro por ação	69
31 Cobertura de seguros	69

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.874	287.652	114.903	288.350
Aplicações financeiras	4	2.663.681	952.142	2.857.864	1.062.154
Contas a receber de clientes	5	181.878	170.554	225.707	215.659
Instrumentos financeiros derivativos	23	228.718	139.904	228.718	139.904
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	758.732	441.257	764.576	446.313
Ativos biológicos	7	1.219.281	989.540	1.219.281	989.540
Tributos a recuperar	8	60.158	11.980	60.303	12.062
Imposto de renda e contribuição social	20	65.210	42.248	65.232	42.250
Outros ativos		16.501	9.131	16.958	9.376
TOTAL DO CIRCULANTE		5.309.033	3.044.408	5.553.542	3.205.608
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	11.374	10.166	11.374	13.644
Estoques e adiantamento a fornecedores	6	146.986	106.838	146.986	106.838
Partes relacionadas	9	-	30.000	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	169.679	48.639	169.679	48.639
Contas a receber de clientes	5	-	-	26.872	24.189
Tributos a recuperar	8	176.716	95.315	177.844	96.241
Imposto de renda e contribuição social	20	8.617	-	8.617	-
Depósitos judiciais	22	749.120	484.779	749.361	485.029
Outros ativos		156.471	113.935	156.471	113.935
Total do realizável a longo prazo		1.418.963	889.672	1.447.204	888.515
Investimentos	10	1.751.559	1.486.725	45.565	39.951
Imobilizado	11	4.956.635	4.172.796	6.771.209	5.962.644
Intangível	12	423.888	409.093	457.313	451.742
Direito de uso	13	3.084.312	1.869.396	3.084.312	1.869.396
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.635.357	8.827.682	11.805.603	9.212.248
TOTAL DO ATIVO		16.944.390	11.872.090	17.359.145	12.417.856

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	581.507	674.504	581.515	674.504
Arrendamentos a pagar	13	82.475	66.264	82.475	66.264
Parceria agrícola a pagar	13	500.376	285.308	500.376	285.308
Instrumentos financeiros derivativos	23	245.145	218.685	245.145	218.685
Fornecedores	15	412.656	229.644	415.082	221.707
Obrigações com a Copersucar	16	12.753	9.075	12.753	9.075
Salários e contribuições sociais		190.737	170.917	191.786	171.883
Tributos a recolher		33.396	21.979	34.871	24.229
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	7.597	7.480
Dividendos a pagar	18	5.971	102.552	5.971	102.552
Adiantamentos de clientes		27.226	17.393	27.269	17.436
Aquisição de participações societárias	9 e 17	3.669	11.638	3.669	11.638
Outros passivos		52.498	17.126	66.546	30.812
TOTAL DO CIRCULANTE		2.148.409	1.825.085	2.175.055	1.841.573
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	5.286.808	3.376.459	5.306.834	3.376.459
Arrendamentos a pagar	13	539.057	399.157	539.057	399.157
Parceria agrícola a pagar	13	1.884.943	1.161.905	1.884.943	1.161.905
Instrumentos financeiros derivativos	23	34.585	80.227	34.585	80.227
Obrigações com a Copersucar	16	161.277	167.121	161.277	167.121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	743.797	306.100	1.111.225	834.822
Provisão para contingências	22	86.351	101.700	87.006	102.256
Aquisição de participações societárias	9 e 17	-	3.650	-	3.650
Tributos com exigibilidade suspensa	16 (b)	725.834	458.480	725.834	458.480
Outros passivos		14.904	5.617	14.904	5.617
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.477.556	6.060.416	9.865.665	6.589.694
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	2.681.571	2.071.819	2.681.571	2.071.819
Ações em tesouraria		(139.997)	(139.997)	(139.997)	(139.997)
Ajustes de avaliação patrimonial		1.100.474	551.050	1.100.474	551.050
Reservas de lucros		1.676.377	1.503.717	1.676.377	1.503.717
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.318.425	3.986.589	5.318.425	3.986.589
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.944.390	11.872.090	17.359.145	12.417.856

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	27	5.527.316	4.210.492	5.719.953	4.305.083
Custo dos produtos vendidos	28	(3.362.718)	(2.804.465)	(3.299.689)	(2.750.835)
Lucro bruto		2.164.598	1.406.027	2.420.264	1.554.248
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(148.843)	(170.897)	(160.167)	(173.154)
Despesas gerais e administrativas	28	(284.818)	(248.925)	(293.576)	(257.158)
Resultado de equivalência patrimonial	10	255.219	160.542	7.358	5.776
Outras receitas, líquidas	29	435.044	409.344	438.823	421.202
		256.602	150.064	(7.562)	(3.334)
Lucro operacional		2.421.200	1.556.091	2.412.702	1.550.914
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		132.277	48.227	155.135	63.279
Despesas financeiras		(486.127)	(392.797)	(486.302)	(392.914)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(84.657)	(14.867)	(84.657)	(14.867)
Derivativos		(57.639)	2.390	(57.637)	2.390
		(496.146)	(357.047)	(473.461)	(342.112)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.925.054	1.199.044	1.939.241	1.208.802
Imposto de renda e contribuição social	20 (a)				
Do exercício		(214.715)	(157.183)	(229.327)	(167.151)
Diferidos		(229.471)	(114.737)	(229.046)	(114.527)
Lucro líquido do exercício		1.480.868	927.124	1.480.868	927.124
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	31	4,2753	2,6766	4,2753	2,6766

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.480.868	927.124
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(56.775)	(154.959)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	336.708	(124.288)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	261.683	(136.034)
	<u>541.616</u>	<u>(415.281)</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	123.616	69.808
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(72.025)	274.745
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	29.205	2.376
	<u>80.796</u>	<u>346.929</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(9.504)	2.197
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(478)	-
	<u>(9.982)</u>	<u>2.197</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	57.337	(82.954)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	264.205	150.457
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	290.888	(133.658)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(208.226)	22.492
	<u>404.204</u>	<u>(43.663)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>1.885.072</u>	<u>883.461</u>



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial											Reserva de lucros				Total
		Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Deemed cost		Hedge accounting	Outras	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais	Lucros Acumulados			
					Própria	De investidas											
Saldo em 31 de março de 2020	18	1.696.652	9.418	(131.361)	126.500	1.031.673	(551.151)	-	142.377	487.851	34.131	487.650	12.936	-	3.346.676		
Aumento de capital com reservas	18 a	375.167	(9.418)	-	-	-	-	-	-	-	-	(365.749)	-	-	-		
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c. i)	-	-	-	(10.313)	(2.560)	-	-	-	-	-	-	-	12.873	-		
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.171)	-	-	-	(6.171)		
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.936)	-	(12.936)		
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	-	(8.636)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.636)		
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.933	-	(81.933)	-		
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	-	-	-	-	-	-	-	564	-	-	-	-	-	-	564		
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 (c. ii)	-	-	-	-	-	(43.663)	-	-	-	-	-	-	-	(43.663)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	927.124	927.124		
Destinação do lucro:																	
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	46.356	397.880	-	-	-	(444.236)	-		
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)		
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.369)	(96.369)		
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197.459	(197.459)	-		
Saldo em 31 de março de 2021	18	2.071.819	-	(139.997)	116.187	1.029.113	(594.814)	564	188.733	885.731	27.960	203.834	197.459	-	3.986.589		
Saldo em 31 de março de 2021	18	2.071.819	-	(139.997)	116.187	1.029.113	(594.814)	564	188.733	885.731	27.960	203.834	197.459	-	3.986.589		
Aumento de capital com reservas	18 a	609.752	-	-	-	-	-	-	-	(487.851)	-	(121.901)	-	-	-		
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	-	-	-	-	-	-	-	80	-	-	-	-	-	-	80		
Realização de mais-valia de deemed cost	18 c (i)	-	-	-	(9.388)	(3.150)	-	-	-	-	-	-	-	12.538	-		
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.971)	-	-	-	(5.971)		
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 c (ii)	-	-	-	-	-	404.204	-	-	-	-	-	-	-	404.204		
Efeito reflexo de tributos diferidos em controladas	20 b	-	-	-	-	157.678	-	-	-	-	-	-	-	-	157.678		
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20 a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147.954	-	(147.954)	-		
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18 f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(197.459)	-	(197.459)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.480.868	1.480.868		
Destinação do lucro:																	
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	74.043	632.380	-	-	-	(706.423)	-		
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(135.000)	(135.000)		
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(198.571)	(198.571)		
Dividendos antecipados	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(173.993)	(173.993)		
Dividendos adicionais	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131.465	(131.465)	-		
Saldo em 31 de março de 2022	18	2.681.571	-	(139.997)	106.799	1.183.641	(190.610)	644	262.776	1.030.260	21.989	229.887	131.465	-	5.318.425		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.480.868	927.124	1.480.868	927.124
Ajustes					
Depreciação e amortização	29	775.759	667.301	779.652	671.008
Ativos biológicos colhidos	29	846.612	715.282	846.612	715.282
Varição no valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	29	(24.004)	(64.979)	(24.004)	(64.979)
Amortização de contratos de energia		-	-	6.096	6.579
Resultado de equivalência patrimonial	10	(255.219)	(160.542)	(7.358)	(5.776)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	(2.686)	687	(1.186)	7.547
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		224.003	178.930	213.832	171.495
Instrumentos financeiros derivativos		129.966	345.018	130.048	345.018
Constituição de provisão para contingências, líquidas	22.1	13.003	13.784	13.004	13.798
Imposto de renda e contribuição social	20 b	444.186	271.920	458.373	281.678
Tributos com exigibilidade suspensa		267.355	216.292	267.355	216.292
Ajuste a valor presente e outros		131.334	123.532	137.666	120.587
		4.031.177	3.234.349	4.300.958	3.405.653
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(58.794)	(31.340)	(151.597)	(40.178)
Estoques		(308.999)	(102.691)	(306.068)	(101.404)
Tributos a recuperar		(123.102)	20.258	(123.371)	20.267
Instrumentos financeiros derivativos		(16.602)	(396.656)	(16.602)	(396.656)
Outros ativos		(273.928)	(254.458)	(274.127)	(254.455)
Fornecedores		226.542	43.076	324.746	46.726
Salários e contribuições sociais		19.821	21.655	19.904	21.635
Tributos a recolher		(111.949)	(152.551)	(113.398)	(152.671)
Obrigações Copersucar		(12.624)	(13.792)	(12.624)	(13.792)
Provisão para contingências - liquidações	22.1	(26.261)	(15.476)	(26.261)	(15.489)
Outros passivos		54.332	(9.009)	54.687	(3.545)
Caixa proveniente das operações		3.399.613	2.343.365	3.676.247	2.516.091
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(124.009)	(212.512)	(124.009)	(212.512)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(91.608)	(22.997)	(105.430)	(30.354)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.183.996	2.107.856	3.446.808	2.273.225
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	31	(12.209)	(12.192)	(12.209)	(12.192)
Devolução de capital		-	-	-	8
Adições ao imobilizado e intangível		(1.240.570)	(585.392)	(1.274.813)	(590.604)
Adições ao ativo (plantio e tratos)	10 e 11	(1.196.750)	(917.711)	(1.196.750)	(917.711)
Aplicações financeiras		(1.650.228)	865.758	(1.722.060)	814.115
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	10.929	3.720	10.237	16.041
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(30.000)	-	-
Recebimento de dividendos		178.143	150.462	1.394	249
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(3.910.685)	(525.355)	(4.194.201)	(690.094)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamentos e parcerias	13	(525.413)	(295.975)	(525.413)	(295.975)
Captação de financiamentos - terceiros	14	3.497.764	212.479	3.517.764	212.479
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(1.610.883)	(1.107.098)	(1.610.848)	(1.107.098)
Aquisição de Ações em tesouraria		-	(8.636)	-	(8.636)
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio		(807.557)	(187.617)	(807.557)	(187.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		553.911	(1.386.847)	573.946	(1.386.847)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(172.778)	195.654	(173.447)	196.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	287.652	91.998	288.350	92.066
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	114.874	287.652	114.903	288.350
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	2.663.681	952.142	2.857.864	1.062.154
Total de recursos disponíveis	4	2.778.555	1.239.794	2.972.767	1.350.504

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	5.892.125	4.539.247	6.100.700	4.640.446
Receita referente a construção de ativos próprios	1.365.635	1.227.260	1.365.635	1.227.260
Outras receitas	14.623	7.858	12.817	19.804
	<u>7.272.383</u>	<u>5.774.365</u>	<u>7.479.152</u>	<u>5.887.510</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.312.409)	(1.144.387)	(1.189.790)	(1.049.716)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.472.561)	(1.185.924)	(1.545.975)	(1.226.886)
	<u>(2.784.970)</u>	<u>(2.330.311)</u>	<u>(2.735.765)</u>	<u>(2.276.602)</u>
Valor adicionado bruto	4.487.413	3.444.054	4.743.387	3.610.908
Depreciação e amortização	(775.759)	(667.301)	(779.652)	(671.008)
Ativos biológicos colhidos	(846.612)	(715.282)	(846.612)	(715.282)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.865.042	2.061.471	3.117.123	2.224.618
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	255.219	160.542	7.358	5.776
Receitas financeiras	690.311	799.644	718.855	815.079
Outras	473.403	451.032	476.187	450.945
Valor adicionado total a distribuir	<u>4.283.975</u>	<u>3.472.689</u>	<u>4.319.523</u>	<u>3.496.418</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	625.649	608.033	625.762	608.208
Benefícios	217.192	234.227	218.050	235.091
FGTS	56.965	54.796	56.973	54.809
Honorários dos administradores	73.755	55.565	75.032	56.911
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	569.184	362.421	596.186	382.797
Estaduais	64.925	68.457	65.247	68.692
Municipais	1.162	1.540	1.310	1.811
Financiadores				
Juros	473.195	309.065	478.361	309.470
Aluguéis	5.778	4.455	5.778	4.455
Variações cambiais	619.950	595.568	620.410	595.568
Outras	95.352	251.438	95.546	251.482
Juros sob capital próprio	135.000	120.000	135.000	120.000
Lucros retidos do exercício	1.345.868	807.124	1.345.868	807.124
Valor adicionado distribuído	<u>4.283.975</u>	<u>3.472.689</u>	<u>4.319.523</u>	<u>3.496.418</u>

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “São Martinho”) têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar à fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela *holding* LJM Participações S.A. (“LJM”), com participação de 53,74% no capital votante.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 20 de junho de 2022.

Possíveis efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras

Os impactos macroeconômicos relacionados à pandemia COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos realizados na preparação destas demonstrações financeiras.

Em síntese, além do impacto sanitário e às pessoas, o maior desses impactos está relacionado a taxa de juros, câmbio e conseqüentemente avaliação de ativos, passivos e resultado.

A Companhia monitora esses fatores, não identificando, em 31 de março de 2022, incertezas que pudessem afetar material e negativamente seu patrimônio ou colocar em risco as operações.

Conflito entre Rússia e Ucrânia

O conflito entre Rússia e Ucrânia tem impactado o cenário econômico global e, nesse contexto, setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras commodities.

A São Martinho acompanha a situação e adota medidas para otimização de seus recursos, proteção das receitas e garantia de insumos para seus processos produtivos.

Gestão de riscos climáticos

Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a São Martinho está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPC, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3

2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado:** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 13 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41/CPC 27 - Ativos Biológicos - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e, são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergia São Martinho ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.

(i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.7 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 18 (d), a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 7 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

g) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	Rendimento anual	2022	2021	Rendimento anual	2022	2021
Caixa e bancos - no Brasil		142	1.133		171	1.831
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	0,30% a.a.	114.732	286.519	0,30% a.a.	114.732	286.519
Total de caixa e equivalentes de caixa		114.874	287.652		114.903	288.350
Aplicações financeiras						
. Fundo de investimento	110,63% CDI	2.459.996	864.527	110,55% CDI	2.653.534	973.933
. CDB	103,69% CDI	203.685	87.615	103,68% CDI	204.330	88.221
. Outros (i)	100,47% CDI	11.374	10.166	100,47% CDI	11.374	13.644
Total de aplicações financeiras		2.675.055	962.308		2.869.238	1.075.798
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		2.789.929	1.249.960		2.984.141	1.364.148
No ativo não circulante		11.374	10.166		11.374	13.644
Total de recursos disponíveis		2.778.555	1.239.794		2.972.767	1.350.504

(i) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes mercado interno	56.901	75.236	128.355	145.351
Clientes mercado externo	125.059	95.318	125.059	95.318
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(82)	-	(835)	(821)
	181.878	170.554	252.579	239.848
Ativo circulante	181.878	170.554	225.707	215.659
Ativo não circulante	-	-	26.872	24.189

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer:	181.719	170.419	252.248	239.487
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	7	10	41	51
acima de 31 dias	152	125	290	310
	181.878	170.554	252.579	239.848

Do saldo a receber, R\$ 1.830 e R\$ 1.281 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 4.214 e R\$ 665, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2021, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	290.998	175.325	290.997	175.325
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	75.449	73.937	75.449	73.937
Adiantamentos - compras de insumos e produtos acabados	184.909	79.323	184.909	79.323
Renovabio - CBIOS (i)	16.603	8.256	16.603	8.256
Loteamentos - Terrenos	-	-	5.845	5.056
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	190.773	104.416	190.773	104.416
	758.732	441.257	764.576	446.313
Não circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	146.986	106.838	146.986	106.838
	146.986	106.838	146.986	106.838
	905.718	548.095	911.562	553.151

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) referem-se aos empreendimentos imobiliários e são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*).

(i) Em 31 de março de 2022, existiam 249 mil CBIOS escriturados e registrado a valor realizável líquido (409 mil CBIOS em 31 de março de 2021).

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Controladora e Consolidado	2022	2021
Área total estimada de colheita (ha)	242.241	241.479
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por hectare	11,50	11,88
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,09	0,86

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 10,3% a.a. (6,1% a.a. em 31 de março de 2021).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo histórico	1.040.629	829.616	1.040.629	829.616
Valor justo	(51.089)	(116.069)	(51.089)	(116.069)
Saldo inicial de ativos biológicos:	989.540	713.547	989.540	713.547
Movimentação:				
Aumentos decorrentes de tratos	731.317	559.969	731.317	559.969
Transferência do imobilizado	340.871	359.821	340.871	359.821
Variação no valor justo	24.004	64.979	24.004	64.979
Reduções decorrentes da colheita	(866.451)	(708.776)	(866.451)	(708.776)
Saldo final de ativos biológicos:	1.219.281	989.540	1.219.281	989.540
Composto por:				
Custo histórico	1.263.787	1.040.629	1.263.787	1.040.629
Valor justo	(44.506)	(51.089)	(44.506)	(51.089)
Saldo final de ativos biológicos:	1.219.281	989.540	1.219.281	989.540

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 103.219. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 99.672.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
PIS / COFINS (i)	52.683	6.236	52.768	6.278
ICMS	6.252	4.975	6.282	5.015
Outros	1.223	769	1.253	769
	60.158	11.980	60.303	12.062
Não Circulante				
PIS / COFINS (i)	119.286	59.778	119.286	59.778
ICMS	38.763	18.255	39.891	19.184
IOF sobre derivativos	9.076	8.762	9.076	8.762
INSS	6.923	6.669	6.923	6.666
Reintegra	1.991	1.851	1.991	1.851
Outros	677	-	677	-
	176.716	95.315	177.844	96.241
	236.874	107.295	238.147	108.303

- (i) O aumento refere-se substancialmente ao crédito do processo do ICMS na base do PIS/COFINS (notas 29 e 30) e também a tomada de crédito sobre a revisão dos últimos cinco anos de gastos com imposições legais.

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	130.694	131.672
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	11.428	11.478
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	9.416	9.466
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	8.568	8.618
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	1.973	1.973
A partir de 1º/04/2028	14.637	14.637
	176.716	177.844

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
Bio SM	222	2.800	-	-
SM Terras Imobiliárias	120	36	-	-
SM Terras Agrícolas	182	8	-	-
Bio BV	105	792	-	-
Bio SC	10	15	-	-
Luiz Ometto Participações S.A.	169	43	169	43
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	870	468	991	578
Outros	155	95	124	87
	1.833	4.257	1.284	708
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Bioenergia SM	-	30.000	-	-
	-	30.000	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
SM Terras Agrícolas	5.899	7.786	-	-
SM Terras Imobiliárias	296	259	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	477	415	477	415
Bio BV	-	2.298	-	-
Bio SC	191	310	-	-
Outros	58	11	58	11
	6.921	11.079	535	426
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	515.136	313.822	515.136	313.822
Passivo circulante e passivo não circulante (Aquisição de participação societária)				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	3.669	15.288	3.669	15.288

(i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com o Centro de Serviços Compartilhados e venda de vapor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações relevantes da Controladora e do Consolidado no período:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de vendas				
Bio BV	10.184	792	-	-
Bio SC	7.385	8.400	-	-
Bio SM	6.411	5.982	-	-
	23.980	15.174	-	-
Despesas reembolsadas/Receita de arrendamento (Compras de produtos e serviços)				
SM Terras Agrícolas	(98.159)	(77.172)	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(27.571)	(24.681)	(29.080)	(23.680)
SM Terras Imobiliárias	(3.957)	(2.444)	-	-
Bio SC	(1.154)	(1.239)	-	-
Bio SM	33	50	-	-
Bio BV	61	-	-	-
	(130.747)	(105.486)	(29.080)	(23.680)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar / arrendamento de terras / despesas reembolsadas				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(59.349)	(38.980)	(59.349)	(38.980)
Outros	(22.233)	(20.582)	(22.406)	(20.582)
	(81.582)	(59.562)	(81.755)	(59.562)

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor, enquanto que as compras de produtos e serviços são provenientes de aquisição de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviço de industrialização de vapor e *royalties*. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas referem-se a gastos rateados de serviços administrativos que estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração fixa, variável e benefícios	44.160	34.737	46.263	36.733
Contribuições previdenciárias e sociais	10.502	7.708	10.879	8.064
Total da remuneração e encargos	54.662	42.445	57.142	44.797

A São Martinho possui um programa de opções virtuais de compra de ações aos diretores da Companhia. Referido programa rege pela liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício *versus* o preço fixado em cada programa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 13 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 563.175 novas opções, através do 13º Plano de Opções de Compra de Ações, cujo regulamento segue as características dos demais já existentes na Companhia.

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais referente ao cálculo do valor justo do Plano de Opções Virtuais é de R\$ 36.496 (R\$ 18.259 em 31 de março de 2021).

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data das demonstrações financeiras atuais estão demonstrados a seguir:

Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano	13º Plano	Total
Data de concessão do plano	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021	
Data limite para exercício (f)	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
Quantidade opções virtuais outorgadas	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	754.980	563.175	5.133.727
Quantidade opções virtuais exercidas	(712.063)	(848.100)	(708.265)	(356.423)	(33.730)	-	(2.658.581)
Saldo opções virtuais a exercer	15.210	33.974	425.248	716.289	721.250	563.175	2.475.146
Preço do exercício (R\$)	17,70	17,76	19,07	19,38	24,22	37,17	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência que, regra geral, observam a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO se referem às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
		Controladora		Controladora		Controladora	
Classificados no Investimento							
SM Terras Imobiliárias	100,00%	687.891	165.439	688.238	165.439	50.866	18.853
Bio SM	100,00%	33.358	26.539	33.358	26.539	14.219	8.457
SM Inova	100,00%	39.486	33.205	39.486	33.205	7.202	5.766
SM Terras Agrícolas	100,00%	837.044	1.150.050	837.044	1.150.050	96.115	81.713
SM Logística	100,00%	1.015	2.572	1.015	2.572	(1.557)	(132)
Bio SC	100,00%	62.059	71.368	78.933	94.436	50.573	45.256
Bio BV	100,00%	42.415	14.250	42.415	14.250	36.964	636
Bioenergia SM	100,00%	31.070	234	31.070	234	837	(7)
Total classificados no Investimento		1.734.338	1.463.657	1.751.559	1.486.725	255.219	160.542

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	% de participação	Consolidado					
		Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	822.949	714.746	44.558	38.699	7.256	5.795
Outros		-	-	1.007	1.252	102	(19)
Total classificados no Investimento		822.949	714.746	45.565	39.951	7.358	5.776

(i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia possui influência significativa sobre a investida.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

11. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2020	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Custo total	96.103	496.251	1.841.782	301.311	377.559	617.139	1.350.926	174.939	178.131	5.434.141
Depreciação acumulada	-	(100.964)	(675.022)	-	(153.808)	(318.884)	-	-	(126.979)	(1.375.657)
Valor residual	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Aquisição	-	361	13.392	354.100	20.698	63.089	358.822	142.304	3.341	956.107
Integralização de capital em controlada (i)	-	-	(13.977)	-	-	-	-	-	-	(13.977)
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	-	(359.821)	-	-	(359.821)
Custo da alienação	(4)	(512)	(81)	-	(1.905)	(1.888)	(16)	-	(1)	(4.407)
Transferências entre grupos	-	33.935	94.148	-	11.331	(12.099)	25.961	(156.877)	3.601	-
Depreciação	-	(12.938)	(88.191)	(301.311)	(26.872)	(23.140)	-	-	(11.138)	(463.590)
Saldos em 31 de março de 2021	96.099	416.133	1.172.051	354.100	227.003	324.217	1.375.872	160.366	46.955	4.172.796
Custo total	96.099	529.604	1.930.596	354.100	405.478	681.399	1.375.872	160.366	185.050	5.718.564
Depreciação acumulada	-	(113.471)	(758.545)	-	(178.475)	(357.182)	-	-	(138.095)	(1.545.768)
Valor residual	96.099	416.133	1.172.051	354.100	227.003	324.217	1.375.872	160.366	46.955	4.172.796
Aquisição	-	39	8.044	417.597	55.743	56.095	469.308	652.729	4.205	1.663.760
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	-	(340.871)	-	-	(340.871)
Custo da alienação	(53)	(42)	(18)	-	(2.429)	(5.701)	-	-	-	(8.243)
Transferências entre grupos	-	16.029	57.567	-	2.672	(8.238)	16.860	(88.368)	3.478	-
Depreciação	-	(13.431)	(90.516)	(354.781)	(25.719)	(35.133)	-	-	(11.227)	(530.807)
Saldos em 31 de março de 2022	96.046	418.728	1.147.128	416.916	257.270	331.240	1.521.169	724.727	43.411	4.956.635
Custo total	96.046	545.593	1.996.122	416.916	457.805	713.941	1.521.169	724.727	192.568	6.664.887
Depreciação acumulada	-	(126.865)	(848.994)	-	(200.535)	(382.701)	-	-	(149.157)	(1.708.252)
Valor residual	96.046	418.728	1.147.128	416.916	257.270	331.240	1.521.169	724.727	43.411	4.956.635
Valores Residuais :										
Custo histórico	24.759	357.332	970.042	416.916	240.484	309.692	1.521.169	724.727	43.411	4.608.532
Mais-valia	71.287	61.396	177.086	-	16.786	21.548	-	-	-	348.103
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	13%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2020	1.822.005	398.817	1.222.262	302.397	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Custo total	1.822.005	502.487	1.923.767	303.017	377.558	617.139	1.350.925	174.937	178.135	7.249.970
Depreciação acumulada	-	(103.670)	(701.505)	(620)	(153.809)	(318.883)	-	-	(126.978)	(1.405.465)
Valor residual	1.822.005	398.817	1.222.262	302.397	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Aquisição	2.575	361	13.392	354.829	20.698	63.089	358.822	142.304	3.340	959.410
Custo da alienação	(11.545)	(513)	(81)	-	(1.904)	(1.887)	(16)	-	(1)	(15.947)
Transferência estoque para vendas	1.942	-	-	-	-	-	-	-	-	1.942
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(359.821)	-	-	(359.821)
Transferências entre grupos	-	33.935	94.148	-	11.331	(12.099)	25.961	(156.877)	3.601	-
Depreciação	-	(13.118)	(90.781)	(302.395)	(26.872)	(23.140)	-	-	(11.139)	(467.445)
Saldos em 31 de março de 2021	1.814.977	419.482	1.238.940	354.831	227.002	324.219	1.375.871	160.364	46.958	5.962.644
Custo total	1.814.977	535.840	2.030.958	355.950	405.479	681.400	1.375.871	160.364	185.062	7.545.901
Depreciação acumulada	-	(116.358)	(792.018)	(1.119)	(178.477)	(357.181)	-	-	(138.104)	(1.583.257)
Valor residual	1.814.977	419.482	1.238.940	354.831	227.002	324.219	1.375.871	160.364	46.958	5.962.644
Aquisição	5.764	39	8.044	418.771	55.743	56.095	469.308	680.522	4.205	1.698.491
Custo da alienação	(436)	(2.292)	(18)	-	(2.429)	(5.702)	-	-	-	(10.877)
Transferência estoque para vendas	(3.372)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.372)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(340.871)	-	-	(340.871)
Transferências entre grupos	-	16.029	57.567	-	2.672	(8.238)	16.860	(88.368)	3.478	-
Depreciação	-	(13.557)	(93.677)	(355.492)	(25.719)	(35.133)	-	-	(11.228)	(534.806)
Saldos em 31 de março de 2022	1.816.933	419.701	1.210.856	418.110	257.269	331.241	1.521.168	752.518	43.413	6.771.209
Custo total	1.816.933	548.648	2.096.483	418.562	457.805	713.942	1.521.168	752.518	192.579	8.518.638
Depreciação acumulada	-	(128.947)	(885.627)	(452)	(200.536)	(382.701)	-	-	(149.166)	(1.747.429)
Valor residual	1.816.933	419.701	1.210.856	418.110	257.269	331.241	1.521.168	752.518	43.413	6.771.209
Valores Residuais :										
Custo histórico	167.245	357.425	1.019.659	418.110	240.483	309.693	1.521.168	752.518	43.413	4.829.714
Mais-valia	1.649.688	62.276	191.197	-	16.786	21.548	-	-	-	1.941.495

Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico

- 3% 5% 100% 7% 9% 14% - 13%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante alocado em “Obras em Andamento” refere-se principalmente à construção da planta de etanol de milho e da planta de cogeração UTE fase II.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da São Martinho, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R\$ 935.497 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R\$ 32.168 se referem a imóveis rurais (1.243 hectares de terras).

A São Martinho capitalizou encargos financeiros durante o período no montante de R\$ 8.645 (R\$ 1.402 em 31 de março de 2021).

12. Intangível

As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ágio rentabilidade futura (i)	374.632	374.632	374.632	374.633
Software	41.820	40.437	41.820	40.437
Amortização acumulada	(32.895)	(30.999)	(32.895)	(30.999)
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	42.443	42.443	42.443	42.443
Amortização direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	(23.545)	(20.285)	(23.545)	(20.285)
Direitos sobre contratos de energia-custo (iii)	-	-	103.401	103.401
Direitos sobre contratos de energia-amortização (iii)	-	-	(81.518)	(72.280)
Outros ativos	21.433	2.865	32.975	14.392
	423.888	409.093	457.313	451.742

- (i) Ágio relativo à combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;
- (ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar;
- (iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio SC, vigentes até 2025 (combinação de negócios).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2022, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2022):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
Unidade produtiva São Martinho	5,00%	11,33%
Unidade produtiva Santa Cruz	5,00%	11,33%

Os efeitos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) não trouxeram impactos significantes nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis.

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

a) Arrendamentos

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Adicionalmente, em atenção a Deliberação CVM nº 859, a Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19.

A seguir, algumas definições:

b) Arrendamento. Definição IFRS 16 (CPC 06 (R2))

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

c) Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

d) Arrendadora

Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora.

A movimentação do direito de uso durante o período atual foi a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Direito de uso	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2020	2.683	1.315.293	401.477	1.719.453
Novos contratos	28.385	190.440	24.581	243.406
Atualização contratual	3.614	(18.482)	(9.017)	(23.885)
Baixas	(3.636)	(30.875)	(11.746)	(46.257)
Depreciação	(14.548)	(209.497)	(36.539)	(260.584)
Remensuração anual	-	168.950	68.313	237.263
Saldos em 31 de março de 2021	16.498	1.415.829	437.069	1.869.396
Novos contratos	-	397.710	18.979	416.689
Atualização contratual	6.525	20.873	44	27.442
Baixas	(3.757)	(21.473)	(4.749)	(29.979)
Depreciação	(14.827)	(248.715)	(45.739)	(309.281)
Remensuração anual	-	888.240	221.805	1.110.045
Saldos em 31 de março de 2022	4.439	2.452.464	627.409	3.084.312
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 29	2 a 20	

A movimentação do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o período atual foi a seguinte:

Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Controladora e Consolidado			
	Saldo de compromissos de arrendamentos	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 31 de março de 2020	2.663.969	(108.822)	(879.234)	1.675.913
Compensação de adiantamentos	-	(4.812)	-	(4.812)
Adições por novos contratos	334.575	-	(91.169)	243.406
Atualização contratual	(33.436)	-	9.551	(23.885)
Baixas	(69.661)	-	15.400	(54.261)
Remensuração anual	355.555	-	(118.292)	237.263
Pagamentos efetuados	(295.975)	-	-	(295.975)
Apropriação encargos financeiros	-	-	134.985	134.985
Saldos em 31 de março de 2021	2.955.027	(113.634)	(928.759)	1.912.634
Compensação de adiantamentos	-	(41.071)	-	(41.071)
Novos contratos	704.011	-	(287.322)	416.689
Atualização contratual	45.744	-	(18.302)	27.442
Baixas	(38.147)	-	6.162	(31.985)
Pagamentos efetuados	(525.413)	-	-	(525.413)
Apropriação encargos financeiros	-	-	138.510	138.510
Remensuração anual	1.573.407	-	(463.362)	1.110.045
Saldos em 31 de março de 2022	4.714.629	(154.705)	(1.553.073)	3.006.851
Passivo Circulante				582.851
Arrendamentos a pagar				82.475
Parceria agrícola a pagar				500.376
Passivo não Circulante				2.424.000
Arrendamentos a pagar				539.057
Parceria agrícola a pagar				1.884.943
				3.006.851

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Controladora e Consolidado
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	560.388
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	516.725
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	481.748
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	434.271
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	355.705
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	275.173
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	203.174
A partir de 1º/04/2030	925.441
(-) Ajuste a valor presente	(1.328.625)
	2.424.000

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Controladora e Consolidado	Arrendamento agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.053.345	394.551
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(71.245)	(26.190)
31 de Março de 2022	982.100	368.361

A São Martinho chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Controladora e Consolidado	
Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	8,10%
3 anos	8,65%
4 anos	8,79%
5 anos	8,59%
6 anos	8,69%
7 anos	9,35%
8 anos	9,15%
9 anos	9,28%
10 anos	9,23%
11 anos	8,90%
12 a 30 anos	9,25%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período de doze meses findo em 31 de março de 2022 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Controladora e Consolidado	De 1º/04/2022 a 31/03/2023	De 1º/04/2023 a 31/03/2024	De 1º/04/2024 a 31/03/2025	De 1º/04/2025 a 31/03/2026	De 1º/04/2026 a 31/03/2027	De 1º/03/2027 a 31/03/2031	De 1º/03/2031 a 31/03/2036	De 1º/04/2036 a 31/03/2041
Ativo direito de uso								
IFRS 16	2.572.047	2.145.771	1.761.133	1.407.065	1.093.484	326.089	65.746	-
Ofício CVM	3.351.287	2.819.006	2.333.402	1.883.847	1.484.286	470.601	100.758	-
	30,30%	31,37%	32,49%	33,88%	35,74%	44,32%	53,25%	n/a
Passivo arrendamento e parceria agrícola								
IFRS 16	2.387.829	1.987.819	1.624.825	1.291.520	997.349	315.647	58.939	-
Ofício CVM	3.247.417	2.736.972	2.268.430	1.833.652	1.446.876	557.985	128.324	-
	36,00%	37,69%	39,61%	41,98%	45,07%	76,78%	117,72%	n/a
Despesa com amortização								
IFRS 16	(507.825)	(426.275)	(384.638)	(354.068)	(313.581)	(767.395)	(260.343)	(65.746)
Ofício CVM	(622.973)	(532.281)	(485.604)	(449.554)	(399.562)	(1.013.685)	(369.842)	(100.758)
	22,67%	24,87%	26,25%	26,97%	27,42%	32,09%	42,06%	53,25%
Despesa financeira								
IFRS 16	(161.995)	(159.650)	(155.804)	(151.284)	(143.025)	(499.411)	(199.899)	(81.917)
Ofício CVM	(212.024)	(210.984)	(207.126)	(202.393)	(192.938)	(771.389)	(287.972)	(139.198)
	30,88%	32,15%	32,94%	33,78%	34,90%	54,46%	44,06%	69,93%

	IFRS 16 (CPC 06)	Ofício CVM
Despesa com amortização	(3.079.871)	(3.974.259)
Despesa financeira	(1.552.985)	(2.224.024)
	(4.632.856)	(6.198.283)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2022	2021	2022	2021
Em moeda nacional						
Linhas do BNDES	2,16%	+TJLP	123.886	145.682	123.886	145.682
Linhas do BNDES	3,57%	+IPCA	534.084	-	554.118	-
Linhas do BNDES	4,92%	PRÉ	177.352	117.845	177.352	117.845
FINEP	4,00%	PRÉ	43.905	64.169	43.905	64.169
Crédito Rural	8,00%	PRÉ	307.986	-	307.986	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,62%	CDI	1.160.354	1.442.018	1.160.354	1.442.018
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (ii)	4,88%	+IPCA	526.839	475.325	526.839	475.325
Debêntures (iv)	5,59%	+IPCA	1.596.996	-	1.596.996	-
International Finance Corporation (IFC)	1,47%	CDI	306.672	-	306.672	-
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRÉ	31	36	31	36
Leasing	5,98%	PRÉ	-	180	-	180
Total em moeda nacional	100,2%	CDI	4.778.105	2.245.255	4.798.139	2.245.255
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE) (vi)	1,72%	Libor 6M	402.323	1.307.281	402.323	1.307.281
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,60%	Sofr 6M	190.395	-	190.395	-
International Finance Corporation (IFC) (v)	1,52%	Libor 6M	493.455	344.468	493.455	344.468
Nota de Crédito a Exportação (NCE) (iii)	2,27%	Var. cambial	-	142.513	-	142.513
FINEM	2,69%	Cesta Moedas	4.037	11.446	4.037	11.446
Total em moeda estrangeira	3,70%		1.090.210	1.805.708	1.090.210	1.805.708
TOTAL (i)			5.868.315	4.050.963	5.888.349	4.050.963
Circulante			581.507	674.504	581.515	674.504
Não circulante			5.286.808	3.376.459	5.306.834	3.376.459

- (i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na demonstração financeira atual.
- (ii) 100% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) atrelado a IPCA+ está indexado a 117,49% DI via contrato de SWAP.
- (iii) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+1,40% a.a. via contrato de SWAP.
- (iv) 33% do montante de Debêntures está indexado a DI+1,10% a.a. e 67% está indexado a 108,15% DI, via contrato de SWAP.
- (v) 27% do montante do empréstimo com o *International Finance Corporation (IFC)* está indexado a DI+1,15% a.a. e 35% está indexado a 4,99% taxa pré-fixada, via contrato de SWAP.
- (vi) 100% do montante de empréstimo de Pré Pagamento de Exportação (PPE) atrelado a LIBOR+ está indexado a DI+1,14% a.a. via contrato de SWAP.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no período:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	4.050.963	4.814.442	4.050.963	4.814.442
Captação de financiamentos	3.497.764	212.479	3.517.764	212.479
Amortização de principal	(1.610.883)	(1.107.098)	(1.610.848)	(1.107.098)
Pagamento de juros	(124.009)	(212.512)	(124.009)	(212.512)
Atualização monetária	301.570	165.155	301.569	165.155
Variação cambial	(247.090)	178.497	(247.090)	178.497
Saldo no final do exercício	5.868.315	4.050.963	5.888.349	4.050.963

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Controladora e Consolidado	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	754.445	754.445
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	700.453	700.453
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	718.146	718.146
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	518.335	518.335
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	220.647	220.647
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	360.016	360.016
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	195.515	195.515
A partir de 1º/04/2030	1.819.251	1.839.277
	5.286.808	5.306.834

Nas demonstrações financeiras atuais R\$ 935.497 da dívida da São Martinho está onerada, sendo 96% equipamentos, edificações e edifícios, aproximadamente 3% terras e menos de 1% recebíveis de comercialização de energia elétrica e aval corporativo.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia é próximo do valor justo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimos de 11,6% (5,3% em 31 de março de 2021) e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas no montante de R\$ 3.849.234, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas demonstrações financeiras atuais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cana-de-açúcar	55.931	64.026	49.736	55.980
Materiais, serviços e outros	356.725	165.618	365.346	165.727
	412.656	229.644	415.082	221.707

Dos totais a pagar para fornecedores, R\$ 6.921 na Controladora e R\$ 535 no Consolidado (em 31 de março de 2021 - R\$ 11.122 na Controladora e R\$ 469 no Consolidado) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo:

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2022	2021
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	32.867	40.896
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	73.754	71.569
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	12.753	9.075
Outros	2.300	2.300
Total	174.030	176.196
Passivo circulante	12.753	9.075
Não circulante	161.277	167.121

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada.

A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída a Companhia seria de aproximadamente R\$ 250 milhões. A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Nele foi expedido em junho de 2017 o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia).

Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão). Posteriormente, em setembro de 2020 foi levantada a 3ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,08 bilhão) e a 2ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,975 bilhão), em outubro de 2021 foi levantada a 4ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,74 bilhão) e a 3ª parcela do precatório complementar (R\$ 2,13 bilhões).

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2022 o saldo a receber da Copersucar a esse título é de R\$ 154.626 (R\$ 103.710 em 31 de março de 2021), registrados em Outros ativos de longo prazo.

A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa". Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante total de R\$ 54.132.

No período findo em 31 de março de 2022, após o repasse e as retenções das despesas processuais e dos tributos em discussão, o saldo de R\$ 415.476 foi registrado em "outras receitas, liquidas". O restante desse crédito continua classificado pela Administração da Companhia como provável, mas não praticamente certo, razão pela qual segue não registrado.

17. Aquisição e alienação de participação societária - valores a pagar e receber

O saldo a pagar líquido refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	Aquisição	Alienação	Saldo líquido
	Usina Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	
Saldo em 31 de março de 2020	(125.043)	98.109	(26.934)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(2.625)	2.079	(546)
Amortização de juros	2.719	(2.147)	572
Saldo em 31 de março de 2021	(93.739)	78.451	(15.288)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(4.988)	4.398	(590)
Amortização de juros	4.772	(4.183)	589
Saldo em 31 de março de 2022	(62.745)	59.076	(3.669)
		Passivo circulante	(3.669)
		Passivo não circulante	-
			(3.669)

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente. O cronograma de vencimento está detalhado na tabela abaixo:

Vencimentos	(Aquisição) / Alienação
De 1º/01/2023 a 31/12/2024	(11.620)
De 1º/01/2024 a 31/12/2025	(11.620)
De 1º/01/2025 a 31/12/2026	19.571
	(3.669)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Na demonstração financeira atual, o capital social é de R\$ 2.681.571 (R\$ 2.071.819 em 31 de março de 2021) e está dividido em 354.011.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de julho de 2022, será proposto um aumento de capital no montante de R\$ 479.813, mediante as capitalizações da Reserva de Orçamento de Capital de R\$ 397.880 e Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 81.933.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos e capital de giro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2022, o montante de R\$ 632.380 se refere a projetos finalizados, cuja capitalização será proposta pelo Conselho de Administração na próxima Assembleia Geral da Companhia.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados, no montante apurado da subvenção.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2022 foi destinado dos Lucros Acumulados para a rubrica de Reserva de Incentivos Fiscais o montante de R\$ 147.954, na Controladora e Consolidado (R\$ 81.933 em 31 de março de 2021).

e) Dividendos e juros sob capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2021, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 197.459, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2021.

Em reunião do Conselho de administração realizada em 8 de novembro de 2021, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 507.564, sendo R\$ 135.000 pagos através de juros sobre capital próprio e R\$ 372.564 através de antecipação de dividendos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e também na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração:

Calculo Lucro Caixa	2022	2021
LAIR	1.939.241	1.208.802
IR/CS Contábil	(458.373)	(281.678)
Lucro Líquido do Exercício	1.480.868	927.124
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	(113.339)	37.940
IR/CS Contábil	458.373	281.678
IR/CS Pago	(105.430)	(30.354)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	(167.893)	(154.905)
Ajuste do Ativo Biológico	(24.004)	(64.979)
Lucro Caixa	1.528.575	996.504
Política de Dividendos	639.029	413.829
Reserva de Lucros a Realizar	5.971	6.171
Total de Resultados a distribuir	645.000	420.000

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício. A reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2022, aprovou a proposta de distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 305.458 (R\$ 0,8819 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.480,868	927,124
Constituição de reserva legal - 5%	(74,043)	(46,356)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(147,954)	(81,933)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	1.258,871	798,835
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	314,718	199,709
Juros sobre o capital próprio	135,000	120,000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(18,853)	(16,660)
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	198,571	96,369
Dividendos antecipados	173,993	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	5,971	6,171
Dividendos adicionais	131,465	197,459
Total	626,147	403,339
Dividendo por ação	1.8077	1.1645
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	346,375	346,375

19. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no período atual foi de R\$ 67.578 na Controladora e R\$ 67.681 no Consolidado (em 31 de março de 2021, R\$ 65.318 na Controladora e R\$ 65.386 no Consolidado).

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social - antecipações	21.605	-	21.604	-
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	43.605	42.248	43.628	42.250
	65.210	42.248	65.232	42.250
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	7.597	7.480

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social

Controladora	2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2022
Prejuízos fiscais/Base negativa	63.293	(47.182)	-	16.111
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	-	6.903	-	6.903
Instrumentos financeiros derivativos	317.620	19.125	(208.226)	128.519
Provisão para contingências	74.922	6.397	-	81.319
Variação cambial ativa	22.745	(30.833)	-	(8.088)
Outros ativos	58.387	(34.028)	-	24.359
Total do IR e CS ativo diferido	536.967	(79.618)	(208.226)	249.123
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(130.297)	11.753	-	(118.544)
Depreciação acelerada incentivada	(424.017)	(116.739)	-	(540.756)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	(197.959)
Variação Cambial passiva	(67.182)	(41.163)	-	(108.345)
Outros passivos	(23.612)	(3.704)	-	(27.316)
Total do IR e CS passivo diferido	(843.067)	(149.853)	-	(992.920)
Saldo do IR e CS diferidos	(306.100)	(229.471)	(208.226)	(743.797)

Consolidado	2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação Direitos sobre contratos energia	Baixa por cisão	2022
Prejuízos fiscais/Base negativa	63.292	(47.074)	-	-	-	16.218
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	-	6.903	-	-	-	6.903
Instrumentos financeiros derivativos	317.621	19.125	(208.226)	-	-	128.520
Provisão para contingências	69.237	6.397	-	-	-	75.634
Provisão para outras obrigações	13.881	-	-	-	-	13.881
Variação cambial ativa	22.745	(30.833)	-	-	-	(8.088)
Outros ativos	50.038	(34.028)	-	-	-	16.010
Total do IR e CS ativo diferido	536.814	(79.510)	(208.226)	-	-	249.078
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(641.012)	12.070	-	-	157.678	(471.264)
Depreciação acelerada incentivada	(424.017)	(116.739)	-	-	-	(540.756)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	-	(197.959)
Ativo Intangível	(11.884)	-	-	3.191	-	(8.693)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	(67.182)	(41.163)	-	-	-	(108.345)
Outros passivos	(24.514)	(3.704)	-	-	-	(28.218)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.371.636)	(149.536)	-	3.191	157.678	(1.360.303)
Saldo do IR e CS diferidos	(834.822)	(229.046)	(208.226)	3.191	157.678	(1.111.225)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

Em 8 de novembro de 2021, a Companhia e suas controladas São Martinho Terras Agrícola ("SMTA") e São Martinho Terras Imobiliárias ("SMTI") realizaram uma cisão parcial da SMTA seguida de incorporação da parcela cindida pela SMTI. Em decorrência dessa operação a São Martinho S.A., ajustou o montante de R\$ 157.678 de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terra na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, em contrapartida da conta de investimento.

(i) Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021 foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal ("STF") do RE nº 1.063.187, repercussão geral reconhecida (Tema 962) e, por unanimidade de votos, declarou-se inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic incidente sobre os indêbitos tributários.

Desta forma, a companhia reconheceu nas demonstrações financeiras atuais, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$ 15.520, conforme ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo: R\$ 8.617 como IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e R\$ 6.903 pela recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos em que a companhia apurou base fiscal negativa e pela utilização de prejuízo fiscal a maior decorrente da tributação da Selic, compensados no passivo não circulante na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Controladora	Expectativa de realização
Na safra 22/23	89.269
Na safra 23/24	83.498
Na safra 24/25	41.216
Na safra 25/26	62.980
Na safra 26/27	35.428
A partir da safra 27/28	(63.268)
	<u>249.123</u>

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Controladora	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos impostos	1.925.054	1.199.044	1.939.241	1.208.802
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(654.518)	(407.675)	(659.342)	(410.993)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	86.774	54.584	2.502	1.964
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	7.428	8.171	7.428	8.171
. Juros sobre capital próprio	45.900	40.800	45.900	40.800
. Subvenção estadual	50.304	27.857	50.304	27.857
. Incentivos Fiscais	1.567	201	1.567	201
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	74.932	46.188
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	18.330	4.118	18.330	4.118
. Outros	29	24	6	16
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(444.186)	(271.920)	(458.373)	(281.678)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23,1%	22,7%	23,6%	23,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(214.715)	(157.183)	(229.327)	(167.151)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(229.471)	(114.737)	(229.046)	(114.527)

21 Compromissos

A São Martinho estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente demonstração contábil:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão em processo de regeneração ou enriquecimento, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável se materializa em seu respeito integral ao Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia inscreveu todos seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e aguarda regulamentação legal para sua implantação.

Os investimentos em Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e demais atividades para regularização ambiental são registrados no ativo imobilizado.

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras atuais, a São Martinho tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica, conforme quadro abaixo:

	Até um ano	de dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	336.843	96.000	624.000
Açúcar (tons)	1.030.300	963.663	350.000
Energia (Mwh)	623.760	1.112.534	6.055.646

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

22 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a São Martinho tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2021	14.514	22.452	64.734	101.700
Adições	1.756	1.790	24.580	28.126
Reversões	(315)	(9.591)	(5.217)	(15.123)
Utilizações	(1.449)	(3.610)	(21.202)	(26.261)
Atualizações	273	(7.058)	4.694	(2.091)
Saldo em 31 de março de 2022	14.779	3.983	67.589	86.351

	Consolidado			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2021	14.514	23.008	64.734	102.256
Adições	1.874	1.790	24.580	28.244
Reversões	(432)	(9.591)	(5.217)	(15.240)
Utilizações	(1.449)	(3.610)	(21.202)	(26.261)
Atualizações	272	(6.959)	4.694	(1.993)
Saldo em 31 de março de 2022	14.779	4.638	67.589	87.006

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada judicialmente, para as quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (iii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa.

22.2 Depósitos Judiciais

	Controladora			Consolidado		
	IAA (i)	Outros	Total	IAA (i)	Outros	Total
Saldo em 31 de março de 2020	242.188	28.684	270.872	242.188	28.872	271.060
Adições	201.895	3.875	205.770	201.895	3.885	205.780
Utilizações	-	(7.778)	(7.778)	-	(7.787)	(7.787)
Atualizações	14.397	1.518	15.915	14.397	1.579	15.976
Saldo em 31 de março de 2021	458.480	26.299	484.779	458.480	26.549	485.029
Adições	218.808	15.963	234.771	218.808	15.963	234.771
Utilizações	-	(9.752)	(9.752)	-	(9.762)	(9.762)
Atualizações	37.989	1.333	39.322	37.989	1.334	39.323
Saldo em 31 de março de 2022	715.277	33.843	749.120	715.277	34.084	749.361

(i) Vide nota 16 (b)

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, sendo que são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

22.3 Perdas possíveis

A São Martinho é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental, cível e trabalhista que, com base na avaliação jurídica, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza		Controladora				Consolidado			
		2022		2021		2022		2021	
		Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante
Ambientais		98	8.470	86	5.863	98	8.470	86	5.863
Cíveis		65	21.025	73	40.406	110	26.697	76	40.441
Trabalhistas		31	4.532	47	3.914	31	4.532	48	3.914
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	11	106.044	16	167.132	11	106.044	16	167.132
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	234.012	5	264.754	5	234.012	5	264.754
Compensação de Tributos Federais	(iii)	107	191.853	101	173.629	113	192.385	106	177.854
ICMS	(iv)	14	68.620	14	56.317	14	68.620	14	56.317
Tributos Federais	(v)	1	662.891	1	444.083	1	662.891	1	444.083
Outros processos	(vi)	27	548.016	23	509.520	32	561.522	28	522.999
Total		359	1.845.463	366	1.665.618	415	1.865.173	380	1.683.357

Processos tributários:

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.
- (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento.
- (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP.
- (v) O processo trata da incidência dos tributos IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA, conforme mencionado na Nota 16.
- (vi) Os processos tratam de outras discussões tributárias como: (a) Ação Civil Pública sobre a legalidade dos decretos do Estado de Goiás que concederam crédito outorgado de ICMS no âmbito do Programa PRODUIR; (b) autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação; (c) contribuição para o SENAI; (d) taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM; (e) incidência de ITBI em operação societária de incorporação e (f) execuções fiscais de IPTU.

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito, (ii) revisão de contratos e (iii) incêndios.

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

22.4 Ativo - ICMS na base do PIS/COFINS

A Companhia possui três ações sobre ICMS na base do Pis e da Cofins, das quais dois com trânsito em julgado.

Em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu créditos de R\$ 1.353 dos processos com trânsito em julgado, considerando para fins de cálculo o ICMS pago nos meses de competência pois, na data-base, esse era o entendimento da receita sobre como deveria ser apurado tais créditos e haviam embargos de declaração da União a serem julgados.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento dos embargos de declaração da União. A Corte reafirmou que o ICMS a ser excluído é o destacado em nota fiscal e não aquele pago. Os efeitos dessa decisão foram modulados para repercutir somente a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento de mérito da ação, com exceção das medidas judiciais e administrativas protocoladas até aquela data.

A Companhia contratou especialistas tributários que apoiaram na avaliação dos impactos da decisão do STF e também na mensuração dos créditos contabilizados e em 31 de março de 2022 o montante registrado no ativo é de R\$ 49.109, sendo R\$ 21.931 referentes aos créditos apurados (nota 29), R\$ 31.650 referentes à atualização monetária (nota 30(ii)) e do montante registrado no exercício, foram compensados R\$ 4.472. Adicionalmente, está sendo feita a apuração dos créditos referentes ao regime especial do etanol ("ad rem") passíveis de recuperação, sendo que até o momento não houve a respectiva contabilização, pois, a Companhia está discutindo judicialmente o direito ao reconhecimento dos respectivos créditos.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

23.1 Riscos de Mercado

a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções, swaps e hedge natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2022	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	114.732	21.833
Contas a receber de clientes	125.059	23.798
Instrumentos financeiros derivativos	398.397	75.813
Total dos ativos	638.188	121.444
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.090.210	230.109
Instrumentos financeiros derivativos	279.730	59.042
Total dos passivos	1.369.940	289.151
Sub-total ativo (passivo)	(731.752)	(167.707)
(-) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.090.210	230.109
Exposição líquida ativa	358.458	62.402

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de hedge da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,2550 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 4,7378 por US\$ 1,00 para os passivos.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das aplicações financeiras *offshore*, exportações e instrumentos derivativos tais como *swaps*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(5.741)	(28.705)	(57.411)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(6.024)	(30.118)	(60.235)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(44)	(221)	(441)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(432)	(2.161)	(4.321)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta na preço futuro de commodities	(287)	(1.434)	(2.867)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(8.518)	(21.526)	(43.835)
Exposição líquida		(21.046)	(84.165)	(169.110)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (basis points) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 5%, 25% e 50% na respectiva curva de mercado do seu risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2020/2021 a 2025/2026, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 23.2.

Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2021, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado	2022			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Depósito de margem				3.943
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	14.123	19,55	28.839	90
. Compromisso de compra	87.990	18,05	165.890	12.849
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de compra	3.600	3.205,00	11.538	8
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	302.280	5,69	1.719.973	197.704
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	131.883	20,13	277.296	5.235
. Posição titular de opções de venda (Puts)	183.041	17,64	337.254	8.793
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	1.000	4,79	4.790	96
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				228.718
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				169.679
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				169.679

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2022			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No passivo circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	76.661	16,84	134.843	20.776
. Compromisso de compra	2.693	19,59	5.510	31
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	8.789	14,66	13.458	4.428
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	3.268	4,88	15.948	14
. Compromisso de compra	5.343	5,35	28.585	2.107
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	273.927	23,15	662.363	10.319
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	1.000	5,09	5.090	62
Contratos de Swap - Juros - Balcão				207.408
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				245.145
<u>No passivo não circulante - Perda</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				34.585
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				34.585

Controladora e Consolidado	2021			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Depósito de margem				55.372
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	75.543	15,51	147.166	7.014
. Compromisso de compra	229.728	13,06	376.843	50.035
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	8.130	2.248,08	18.277	36
. Compromisso de compra	16.560	2.345,00	38.833	-
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	74.925	5,73	429.320	5.589
. Compromisso de compra	669	5,36	3.586	200
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	25.604	13,85	44.541	4.348
. Posição titular de opções de venda (Puts)	151.747	13,16	250.830	6.385
Contratos de Swap - Juros - Balcão				10.925
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				139.904
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de compra	14.021	12,95	22.806	1.520
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	8.789	14,66	16.184	364
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	16.757	6,13	102.720	1.363
. Compromisso de compra	625	5,73	3.581	125
Contratos de Swap - Juros - Balcão				45.267
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				48.639

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2021			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No passivo circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	266.662	12,10	405.275	90.427
. Compromisso de compra	89.666	15,51	174.680	8.158
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	3.300	2.231,82	7.365	1
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	19.102	13,05	31.311	4.117
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	254.249	5,48	1.393.285	63.054
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	172.068	14,60	315.541	26.648
. Posição lançadora de opções de venda (Puts)	5.283	12,00	7.963	60
Contratos de Swap - Juros - Balcão				26.220
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				218.685
<u>No passivo não circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	21.439	12,93	34.818	2.375
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	76.854	5,82	446.914	16.425
. Compromisso de compra	900	6,05	5.447	30
Contratos de Swap - Juros - Balcão				61.397
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				80.227

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	12.939	25.236	(12.297)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	186.955	14	186.941
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	40.933	504.383	(463.450)
	240.827	529.633	(288.806)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(81.881)	(180.077)	98.196
	158.946	349.556	(190.610)

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 22/23	Safra 23/24	Safra 24/25	Safra 25/26	Total
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(12.297)	-	-	-	(12.297)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	186.941	-	-	-	186.941
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(120.287)	(115.297)	(117.631)	(110.235)	(463.450)
	54.357	(115.297)	(117.631)	(110.235)	(288.806)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(18.481)	39.201	39.995	37.481	98.196
	35.876	(76.096)	(77.636)	(72.754)	(190.610)

23.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2022				
Empréstimos e financiamentos	768.937	3.104.215	4.082.923	7.956.075
Arrendamentos a pagar	96.717	280.416	518.640	895.773
Parceria agrícola a pagar	463.671	1.152.328	1.240.853	2.856.852
Instrumentos financeiros derivativos	245.145	34.585	-	279.730
Fornecedores	412.656	-	-	412.656
Aquisição de participação societária	11.826	10.558	(21.315)	1.069
Outros passivos	52.498	14.904	-	67.402
	2.051.450	4.597.006	5.821.101	12.469.557
Em 31 de março de 2021				
Empréstimos e financiamentos	735.737	1.546.631	2.258.785	4.541.153
Arrendamentos a pagar	68.300	63.669	456.352	588.321
Parceria agrícola a pagar	279.041	254.328	1.162.543	1.695.912
Instrumentos financeiros derivativos	218.685	80.227	-	298.912
Fornecedores	229.644	-	-	229.644
Aquisição de participação societária	12.156	22.665	(20.781)	14.040
Outros passivos	17.126	-	5.617	22.743
	1.560.689	1.967.520	3.862.516	7.390.725

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2022				
Empréstimos e financiamentos	768.937	3.104.215	4.082.923	7.956.075
Arrendamentos a pagar	96.717	280.416	518.640	895.773
Parceria agrícola a pagar	463.671	1.152.328	1.240.853	2.856.852
Instrumentos financeiros derivativos	245.145	34.585	-	279.730
Fornecedores	415.082	-	-	415.082
Aquisição de participação societária	11.826	10.558	(21.315)	1.069
Outros passivos	66.546	14.904	-	81.450
	2.067.924	4.597.006	5.821.101	12.486.031
Em 31 de março de 2021				
Empréstimos e financiamentos	735.737	1.546.631	2.258.785	4.541.153
Arrendamentos a pagar	68.300	63.669	456.352	588.321
Parceria agrícola a pagar	279.041	254.328	1.162.543	1.695.912
Instrumentos financeiros derivativos	218.685	80.227	-	298.912
Fornecedores	221.707	-	-	221.707
Aquisição de participação societária	12.156	22.665	(20.781)	14.040
Outros passivos	30.812	-	5.617	36.429
	1.566.438	1.967.520	3.862.516	7.396.474

23.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SAs permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

24 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

24.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	
	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	114.874	287.652
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.675.055	962.308
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	181.878	170.554
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	228.718	132.351
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	169.679	56.192
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	749.120	484.779
Partes relacionadas	Custo Amortizado	-	30.000
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	162.186	114.777
		4.281.510	2.238.613
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	31	216
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	5.868.284	4.050.747
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	37.737	211.295
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	241.993	87.617
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	3.006.851	1.912.634
Fornecedores	Custo Amortizado	412.656	229.644
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	3.669	15.288
Outros passivos	Custo Amortizado	67.402	22.743
		9.638.623	6.530.184

		Consolidado	
	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	114.903	288.350
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.869.238	1.075.798
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	252.579	239.848
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	228.718	132.351
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	169.679	56.192
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	749.361	485.029
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	162.254	114.862
		4.546.732	2.392.430
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	31	216
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	5.888.318	4.050.747
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	37.737	211.295
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	241.993	87.617
Fornecedores	Custo Amortizado	415.082	221.707
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	3.006.851	1.912.634
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	3.669	15.288
Outros passivos	Custo Amortizado	81.450	36.429
		9.675.131	6.535.933

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

25 Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Controladora	2022			2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.675.055	-	-	962.308	-
Instrumentos financeiros derivativos	26.975	371.422	-	24.892	163.651	-
Ativos biológicos	-	-	1.219.281	-	-	989.540
	26.975	3.046.477	1.219.281	24.892	1.125.959	989.540
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	25.235	254.495	-	92.863	206.049	-
Empréstimos e financiamentos	-	31	-	-	216	-
	25.235	254.526	-	92.863	206.265	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2022			2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.869.238	-	-	1.075.798	-
Instrumentos financeiros derivativos	26.975	371.422	-	24.892	163.651	-
Ativos biológicos	-	-	1.219.281	-	-	989.540
	26.975	3.240.660	1.219.281	24.892	1.239.449	989.540
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	25.235	254.495	-	92.863	206.049	-
Empréstimos e financiamentos	-	31	-	-	216	-
	25.235	254.526	-	92.863	206.265	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo "Garman & Kohlhagen", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela B3, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica;
- (iv) Negócios imobiliários;
- (v) Levedura; e
- (vi) Outros produtos e subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

								2022
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	222.091	2.863.472	245.640	47.336	47.709	125.865	-	3.552.113
Mercado externo	2.208.198	408.707	-	-	4.567	-	-	2.621.472
Resultado com derivativos	(98.266)	17.470	-	-	-	-	-	(80.796)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(6.096)	(6.096)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(14.508)	(299.114)	(15.687)	(4.598)	(5.911)	(26.922)	-	(366.740)
Receita Líquida	2.317.515	2.990.535	229.953	42.738	46.365	98.943	(6.096)	5.719.953
Custo dos produtos vendidos	(1.525.440)	(1.663.964)	(76.437)	(2.930)	(21.503)	(33.419)	-	(3.323.693)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	17.421	6.583	24.004
Lucro bruto	792.075	1.326.571	153.516	39.808	24.862	82.945	487	2.420.264
Margem bruta	34,2%	44,4%	66,8%	93,1%	53,6%	83,8%	-	42,3%
Despesas com vendas	(117.901)	(28.331)	(13.935)	-	-	-	-	(160.167)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	3.430	-	-	149.175	152.605
Lucro operacional	674.174	1.298.240	139.581	43.238	24.862	82.945	149.662	2.412.702
Margem Operacional	29,1%	43,4%	60,7%	101,2%	53,6%	83,8%	-	42,2%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(931.834)	(931.834)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.480.868

								2021
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	162.806	1.920.806	217.461	15.040	51.017	106.869	-	2.473.999
Mercado externo	2.121.033	401.362	-	-	-	-	-	2.522.395
Resultado com derivativos	(335.190)	(11.739)	-	-	-	-	-	(346.929)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(6.578)	(6.578)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(12.678)	(278.258)	(17.186)	(1.605)	(7.574)	(20.503)	-	(337.804)
Receita líquida	1.935.971	2.032.171	200.275	13.435	43.443	86.366	(6.578)	4.305.083
Custo dos produtos vendidos	(1.260.552)	(1.434.539)	(69.585)	(1.288)	(14.792)	(35.058)	-	(2.815.814)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	-	64.979	64.979
Lucro bruto	675.419	597.632	130.690	12.147	28.651	51.308	58.401	1.554.248
Margem bruta	34,9%	29,4%	65,3%	90,4%	66,0%	59,4%	-	36,1%
Despesas com vendas	(120.816)	(39.433)	(12.600)	-	(305)	-	-	(173.154)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	12.209	-	-	157.611	169.820
Lucro operacional	554.603	558.199	118.090	24.356	28.346	51.308	216.012	1.550.914
Margem Operacional	28,6%	27,5%	59,0%	181,3%	65,2%	59,4%	-	36,0%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(623.790)	(623.790)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	927.124

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2022, estão classificados em “Outros Produtos” a receita líquida com créditos de descarbonização (CBIOS) no valor de R\$ 36.503.

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

							2022
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	93.956	64.414	6.015	63.320	-	24.874	252.579
Estoques e adiantamento a fornecedores	375.665	450.134	-	5.844	76	79.843	911.562
Ativos biológicos	513.788	705.493	-	-	-	-	1.219.281
Imobilizado	3.152.288	3.445.694	135.011	-	38.216	-	6.771.209
Intangível	257.226	178.203	21.884	-	-	-	457.313
Direito de uso	1.543.593	1.540.719	-	-	-	-	3.084.312
Total de ativos alocados	5.936.516	6.384.657	162.910	69.164	38.292	104.717	12.696.256
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	4.662.889
Total	5.936.516	6.384.657	162.910	69.164	38.292	104.717	17.359.145

							2021
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	109.133	34.661	43.630	41.037	721	10.666	239.848
Estoques e adiantamento a fornecedores	270.296	259.856	-	5.056	17	17.926	553.151
Ativos biológicos	421.222	568.318	-	-	-	-	989.540
Imobilizado	2.904.233	2.891.509	125.183	-	39.274	2.445	5.962.644
Intangível	247.568	173.054	31.120	-	-	-	451.742
Direito de uso	950.912	918.484	-	-	-	-	1.869.396
Total de ativos alocados	4.903.364	4.845.882	199.933	46.093	40.012	31.037	10.066.321
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	2.351.535
Total	4.903.364	4.845.882	199.933	46.093	40.012	31.037	12.417.856

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

27 Receitas

A São Martinho reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos bens e serviços.

Não existem perdas estimadas em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita.

Sobre o segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia mantém a aplicação do OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica 02, conforme orientação da CVM, reconhecendo da receita ao longo do tempo (POC). Nas demonstrações financeiras atuais, o montante acumulado registrado é de R\$ 25.213 (em 31 de março de 2021 - R\$ 7.720).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, levedura, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação.

A São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos à medida que ocorrem.

Na data das demonstrações financeiras atuais, a Companhia possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 29% da receita líquida; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes correspondem a 40%.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição das receitas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	3.338.153	2.365.363	3.552.113	2.473.999
Mercado externo	2.621.472	2.522.395	2.621.472	2.522.395
Resultado com derivativos	(80.796)	(346.929)	(80.796)	(346.929)
	<u>5.878.829</u>	<u>4.540.829</u>	<u>6.092.789</u>	<u>4.649.465</u>
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(6.096)	(6.578)
	<u>5.878.829</u>	<u>4.540.829</u>	<u>6.086.693</u>	<u>4.642.887</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(351.513)	(330.337)	(366.740)	(337.804)
	<u>5.527.316</u>	<u>4.210.492</u>	<u>5.719.953</u>	<u>4.305.083</u>

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO SC.

28 Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

Controladora	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	(1.622.371)	(1.382.583)	(1.626.264)	(1.386.290)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.179.708)	(938.580)	(1.077.071)	(858.731)
Despesas com pessoal	(510.633)	(475.373)	(514.220)	(478.633)
Peças e serviços de manutenção	(127.427)	(130.249)	(127.825)	(132.613)
Fretes sobre venda	(160.168)	(142.934)	(160.168)	(142.934)
Serviços de terceiros	(49.402)	(60.002)	(49.705)	(59.720)
Materiais para revenda	(29.502)	(24.294)	(59.869)	(43.187)
Varição no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	24.004	64.979	24.004	64.979
Custo com venda de terras	(725)	-	(2.930)	(1.288)
Outras despesas	(128.923)	(122.869)	(147.862)	(130.334)
Contencioso	(11.524)	(12.382)	(11.522)	(12.396)
	<u>(3.796.379)</u>	<u>(3.224.287)</u>	<u>(3.753.432)</u>	<u>(3.181.147)</u>
<u>Classificadas como:</u>				
Custo dos produtos vendidos	(3.362.718)	(2.804.465)	(3.299.689)	(2.750.835)
Despesas com vendas	(148.843)	(170.897)	(160.167)	(173.154)
Despesas gerais e administrativas	(284.818)	(248.925)	(293.576)	(257.158)
	<u>(3.796.379)</u>	<u>(3.224.287)</u>	<u>(3.753.432)</u>	<u>(3.181.147)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Outras receitas, líquidas

Nas demonstrações financeiras atuais, do saldo total no consolidado em outras receitas, R\$ 415.476 se referem à indenização recebida pela Copersucar e repassada para a Companhia, conforme detalhado na nota 16.b e R\$ 21.931 referem-se a créditos decorrentes do processo de exclusão de ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, conforme detalhado na nota 22.4.

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	86.114	32.948	102.950	37.704
Outras receitas (ii)	52.133	17.325	58.356	27.847
PIS/COFINS sobre receita financeira	(5.970)	(2.046)	(6.171)	(2.272)
	132.277	48.227	155.135	63.279
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(302.833)	(167.121)	(302.867)	(167.132)
Ajuste a valor presente (i)	(130.966)	(123.533)	(130.966)	(123.533)
Juros pagos e auferidos	(31.688)	(19.109)	(31.682)	(19.117)
Comissão de fiança bancária	(6.898)	(1.082)	(6.898)	(1.082)
Obrigações Copersucar	(6.092)	(8.017)	(6.092)	(8.017)
Outras despesas	(7.650)	(73.935)	(7.797)	(74.033)
	(486.127)	(392.797)	(486.302)	(392.914)
Variação cambial e monetária, líquida				
Clientes e fornecedores	(22.642)	3.172	(22.642)	3.172
Disponibilidades	(47.420)	17.560	(47.420)	17.560
Empréstimos e financiamentos	(14.595)	(35.599)	(14.595)	(35.599)
	(84.657)	(14.867)	(84.657)	(14.867)
Derivativos - não designados para hedge accounting				
Resultado com swap	(119.231)	18.229	(119.229)	18.229
Resultado com operações de etanol	9.653	551	9.653	551
Variação cambial líquida	(6.509)	7.480	(6.509)	7.480
Resultado com operações de açúcar	7.043	(9.141)	7.043	(9.141)
Resultado com operações de câmbio	53.329	(13.365)	53.329	(13.365)
Custo com transações em bolsa	(1.924)	(1.364)	(1.924)	(1.364)
	(57.639)	2.390	(57.637)	2.390
Resultado financeiro	(496.146)	(357.047)	(473.461)	(342.112)

(ii) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;

(iii) R\$ 31.650 referem-se à atualização monetária dos créditos apurados no processo de exclusão de ICMS da base de cálculo da Pis e da Cofins, conforme detalhado na nota 22.4.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Lucro por ação

	2022	2021
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	1.480.868	927.124
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil	346.375	346.375
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	4,2753	2,6766

32 Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Controladora e Consolidado Item	Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Riscos Operacionais (ii)	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	1.080.551
Lucros Cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia.	1.023.706
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros.	2.469.810
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	30.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.

(ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos estão excluídas pois têm como referência 100% da tabela FIPE.

* * *